

A QUESTÃO DA DESIGUALDADE DE RENDA NA PERSPECTIVA DO PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO

Aluno: Marielle Francisco da Silva
Orientador: Ricardo Ismael

Introdução

Um dos focos de interesse do pensamento social brasileiro no século passado esteve relacionado à difícil convivência entre o econômico e o social no desenvolvimento brasileiro. Como sabemos a obsessão pelo tema do crescimento econômico marcou várias gerações, tornando-se, por assim dizer, um fator legitimador para governantes de todo o país. Entretanto, enquanto todos os esforços eram feitos para a economia crescer, e ela terminou crescendo bastante no século XX, a área social ficou em segundo plano esperando um momento adequado para ser contemplada. O desenvolvimento do país esteve marcado pela impossibilidade de conciliar o crescimento econômico e distribuição de renda.

Nos últimos anos este debate foi retomado. Novamente ganham relevância as tentativas de explicar a persistência da desigualdade de renda, para que se possa superar esta herança de injustiça social que vem excluindo parte significativa da população brasileira do acesso a condições mínimas de dignidade e cidadania.

Objetivos

A pesquisa procurou discutir os principais argumentos do pensamento social brasileiro, na tentativa de apresentar os fatores que perpetuam essa condição desfavorável da distribuição de rendimentos para grande parte da população. Nesse sentido, procurou incorporar as contribuições dos economistas, dos sociólogos e dos cientistas políticos a partir dos anos de 1990.

Além disso, a investigação procurou abordar os levantamentos de dados do IBGE sobre os rendimentos da população brasileira, especialmente a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios(PNAD), para compreender as diferentes mensurações sobre a evolução da distribuição de renda no Brasil.

Metodologia

Para embasar essa pesquisa foi feito um levantamento bibliográfico envolvendo livros, artigos e documentos oficiais sobre a evolução da desigualdade de renda no Brasil, procurando mobilizar as interpretações mais recentes levantes do pensamento social brasileiro.

Além disso, foi realizado um levantamento de dados sobre o índice de Gini no Brasil e países selecionados, tomando como referência os trabalhos do IBGE e do PNUD. Finalmente, buscou-se entender a forma como são feitos os levantamentos do IBGE voltados para a aferição dos rendimentos da população ocupada.

Conclusões

Duas correntes teóricas se destacam no debate sobre a desigualdade de renda no Brasil. Numa delas, o historicamente reduzido poder de barganha dos sindicatos e dos trabalhadores no mercado de trabalho, aparece como fator mais relevante para explicar a desigualdade de renda no país. Nesta perspectiva, destaca-se Celso Furtado, representante de uma corrente de pensamento social de esquerda, dizendo que a solução diante da fragilidade dos trabalhadores estaria na regulação do mercado de trabalho pelo Estado, para obtenção de resultados que conciliem crescimento econômico e redistribuição de renda.

No mundo globalizado a hipótese ganha significado, na medida em que os trabalhadores em geral estão na defensiva lutando para preservação de seus empregos e de conquistas anteriores relacionadas ao sistema de proteção social. No contexto histórico atual, portanto, parece acontecer uma redução do poder de barganha dos trabalhadores, tornando possível imaginar uma elevação da desigualdade de renda.

A segunda corrente estaria mais vinculada ao pensamento liberal, tendo como representantes Carlos Langoni e Francisco Ferreira. Nesse caso, a desigualdade de renda é explicada pelo viés da escolaridade. Os desníveis educacionais seriam reproduzidos no mercado de trabalho, favorecendo os desníveis salariais. Nesse sentido, procura-se assegurar a igualdade de oportunidades, ao invés da igualdade de resultados defendida pelos adeptos da regulação do mercado.

Para Francisco Ferreira temos, por assim dizer, um ciclo vicioso. A disparidade educacional gera um alto nível de desigualdade de renda que, por sua vez, pode implicar uma distribuição desigual de poder político, que pode continuar gerando desigualdade educacional, visto que os detentores de poder político não utilizam o sistema público de educação e não têm interesse na sua qualidade. O reduzido poder político dos mais pobres faz permanecer os desníveis educacionais, pois eles não têm meios para alterar as decisões fiscais e orçamentárias que poderiam melhorar a qualidade das escolas públicas, especialmente o ensino fundamental e médio.

A investigação indica que devem ser aperfeiçoados os levantamentos de dados governamentais para captar as mudanças na qualidade da escola pública e para identificar com mais precisão os rendimentos derivados de aplicações financeiras.

Referências Bibliográficas

- 1- ROCHA, Sonia. (2003), **Pobreza no Brasil: Afinal, de que se trata?**. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- 2-FERREIRA, Francisco H. G. (2000), **Os determinantes da desigualdade de renda no Brasil: luta de classes ou heterogeneidade educacional?** In: ENRIQUES, Ricardo, org. , **Desigualdade e Pobreza no Brasil** . Rio de Janeiro, IPEA.
- 3- FURTADO, Celso. (2003), **O Brasil do Século XX**. In: IBGE, **Estatísticas do Século XX**. Rio de Janeiro, IBGE.
- 4- IBGE. (2005), **Síntese de Indicadores Sociais 2004**. Rio de Janeiro, IBGE.